

**A CULTURA, A EDUCAÇÃO E A CAPOEIRA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DE  
ALGUNS CONCEITOS**

***CULTURE, EDUCATION AND CAPOEIRA: CONSIDERATIONS ABOUT SOME  
CONCEPTS***

Wilson de Sousa Gomes<sup>1</sup>

**RESUMO:** Cientes do nosso ofício de educadores e pesquisadores procuraremos estabelecer um debate acerca do conceito cultura, educação e capoeira enquanto manifestação das relações sociais de uma tradição. Pensando nisso, propomos problematizar os aspectos da cultura afro-brasileira e em específico a capoeira no contexto educacional. Lançando da exploração bibliográfica, buscamos através de uma ação compreensiva, sistemática e coerente, a percepção dos processos de dominação e legitimação da cultura de elite, enquanto estruturante das relações sociais e culturais.

**Palavras-Chave:** Cultura. Educação. Capoeira.

**ABSTRACT:** Aware of our craft as educators and researchers look to establish a debate about the concept culture, education and poultry as a manifestation of social relations of a tradition. Thinking about it, I propose to question aspects of african-Brazilian culture and capoeira in particular in the educational context. Launching the exploration bibliografic, we seek through a comprehensive, systematic and coherent perception of the processes of domination and legitimation of elite culture, while is structuring the social and cultural relations.

**Keywords:** Culture. Education. Capoeira

Pensar a função do professor de historia é ser compelido a refletir acerca de prática que viabilize os elementos que auxilie a ação crítica perante os problemas e ordem social. Assim, questionar sobre a educação, a cultura e a capoeira como particularidades que entrelaçam relações de legitimação e poder, torna-se algo interessante e tentador para alimentar a nossa sede cognitiva. Partindo de uma problemática que nos remete ao papel da escola como uma instituição da sociedade em que se propõe a divulgar, discutir e ensinar os elementos pertinentes aos conteúdos específicos das disciplinas, e também, “criar consciência

---

<sup>1</sup>Graduado em História e Especialista em Docência Universitária, professor convidado da UEG UnU Jussara. Contato: berimbau2005@hotmail.com. Enviado em: 22/03/2011. Aceito em: 16/05/2011.

da realidade” que nos cerca, indagamos sobre a relação entre cultura, educação, escola e capoeira na formação do indivíduo conhecedor de sua cultura. Tomando a capoeira como uma manifestação da cultura afro - brasileira, que nos possibilita uma discussão sobre a formação crítica, discutiremos alguns conceitos e categorias, dentro de uma lógica compreensiva em relação as continuidades do nosso passado-presente, que exclui as culturas das minorias e neste trabalho, em específico, a capoeira.

Sem desconsiderar as questões econômicas em nossas análises, nos firmaremos nas relações de ordem política, cultural e discriminatória, como um processo histórico que tem uma trajetória marcada por dispositivos de controle em prol da hegemonia cultural, por parte de uma elite que valoriza as matrizes européias, em detrimento das culturas tidas como populares e de cunho afro brasileiras. Apenas para localizar o leitor, o nosso debate e discussão não tomarão as relações de cultura européias e não – européias, isso devido a este trabalho primar por uma perspectiva de “micro – relações”, numa leitura de uma história quase do presente, que nos traz respostas para a nossa realidade espacial e temporal.

Com os apontamentos acima referenciados e observando aquilo que o professor Jörn Rüsen (2007, p. 111), nos apresenta acerca do conhecimento histórico, entendemos que o mesmo é produzido dentro de uma lógica que deve obedecer ao processo do pensar histórico, ou seja, são as perguntas e a busca pelas respostas, que nos possibilita entender o tempo, o espaço e a tradição, a cultura, na ansiedade de orientação temporal do indivíduo. Na produção do conhecimento histórico, circunscrevemos nossas perspectivas, na enunciação da problemática que norteia o debate do presente trabalho, lançando as seguintes questões: a escola como instituição social e cultural, tem apresentado uma interação ativa e funcional para com a promoção da cultura brasileira, em específico a capoeira? Qual o efeito da lei 10.639/03 e o ensino dos conteúdos da cultura afro-brasileira no contexto educacional?

Como é de práxis entre os historiadores, a partir da apresentação do tema e da problemática, evidenciamos os “processos metodológicos”, na intenção de transparecer o proceder metodicamente. Recorrendo as operações processuais, como aponta Rüsen (2007, p. 119), entre as fontes que temos e a que podemos encontrar ao longo do processo de construção teórica, optamos por ordenar a nossa discussão apreendendo elementos que estão centrados nas fontes textuais. Desse modo, nos ancoramos na exploração bibliográfica como determinante da fundamentação teórica e problematização do objeto. Com isso, a busca por objetividade é uma constante que nos move de encontro com a vontade de saber e conhecer

acerca do nosso passado e da relação entre educação e capoeira no âmbito da valorização da cultura de modo amplo e democrático.

Partindo do princípio que as fontes já apresentam uma pré – narrativa acerca do seu passado – presente, buscamos os conteúdos por meio da heurística e da crítica, selecionando entre as fontes, os conteúdos que apresentem uma fecundidade empírica e conjectural, isso para possibilitar o direcionamento de uma plausibilidade explicativa nas conexões entre a importância da educação, da escola, da lei e da cultura no processo de estruturação social e educacional da formação do indivíduo que saiba se orientar no tempo e espaço, tomando a experiência histórica como premissa orientadora. Por isso, a fundamentação teórica e a busca de objetividade, tornam-se algo fulcral para as experiências do presente e do futuro num diálogo constante entre a realidade e a reorganização dessa mesma realidade a partir de uma lógica de sacralização dos indivíduos e silenciamento da sua prática cultural e, nesse caso a capoeira no contexto educacional.

Com isso, lançamos mão nesse trabalho de determinadas prerrogativas que tragam aspectos de proximidade com a verdade. Porém, temos total convicção que não estamos produzindo uma verdade absoluta e irrefutável, mesmo porque ela está atrelada a um tempo e espaço, bem como as experiências individuais e coletivas dos sujeitos que vivem os processos históricos. Devido a este princípio, buscamos apenas evidenciar as leituras e referências teóricas que consultamos. Então, “partindo sempre do ponto de que não estamos com a verdade absoluta” (GOMES, 2010, p. 94), buscamos propor uma discussão que amplie o debate acerca da cultura, educação, escola e a capoeira dentro deste contexto. Portanto, a preocupação que norteia o presente texto se situa em uma discussão que amplie as possibilidades de orientação temporal diante da produção do conhecimento histórico.

### **CULTURA E PODER: educação e a “herança cultural”**

A busca por saber, conhecer e entender é uma particularidade humana que nos fazemos desejosos pelo compreender. Seguindo esses aspectos e tendo por base teórica, os autores que discutem as relações de poder, dominação e educação. Levando em conta aquilo que Foucault (1979) nos apresenta dentro da relação de poder, verdade e dominação, há uma articulação entre os poderes locais e específicos. Por mais que pareça uma coisa natural, as relações de identidade, cultura, discriminação e a estruturação institucional, ganham legitimidade a partir

das mobilidades sociais, há “uma prática social e, como tal, constituída historicamente” (FOUCAULT, 1979, p. X) que ganham legitimidade nos textos, leis e discursos de convencimento social. A questão da capoeira e a educação são uma relação de poder e cultura, como apontamos no início do texto, que aparece nas relações de micro-poder, mas se estende para as esferas macros. Pois o poder “intervém materialmente, atingindo a realidade concreta dos indivíduos” (FOUCAULT, 1979, p. XI).

Dentro desse âmbito teórico, buscamos conceituar cultura, educação, escola e a capoeira, a partir de uma perspectiva crítica, tentamos perceber os fundamentos das concepções “preconceituosas e discriminatórias” como uma das hipóteses que contribuem para a não “atenção” para com os conteúdos das culturas afros e em específico a capoeira. Com tais perspectivas, nos movemos considerando que as questões raciais têm uma relação histórica em nosso país. Assim, a dominação dos símbolos culturais, na ação de legitimação e naturalização da ordem de exclusão e perpetuação da lógica dos dominados e dominadores, faz o uso da cultura, como elemento de dominação estrutural, que possui uma ação organizadora estruturando-se dentro de uma ordem estabelecida como natural, segundo o que nos apresenta Bourdieu (2001, p.14).

Com isso, conceituar a cultura é perceber as relações que os indivíduos desenvolvem na sua prática social e individual. A cultura ao mesmo tempo em que pode estabelecer princípios de anulação e sacralização dos indivíduos, pode também reelaborar ações e representações que manifeste resistência e cooperação para a liberdade individual e coletiva. A relação de poder existente no mundo da vida é uma constante luta entre o ser e o vir a ser. Dessa maneira, a partir de Roberto DaMatta (1986) cultura é um conjunto de ações que possibilitam os grupos a estabelecerem uma maneira, um código, uma conduta para viverem juntos ou também separados. Isso porque, de acordo com os valores que se cultiva e preserva, haverá aceitação ou não do outro. No caso brasileiro, a cultura afro, em específico a capoeira, ainda sofre a exclusão e “o preconceito racial”, existindo a não aceitação do outro.

Pois, segundo o sociólogo e mestre de capoeira Luiz Renato Vieira:

*Não há dúvida que ainda existe algum preconceito em relação à capoeira e ao capoeirista. Nossa luta vem trilhando, há quase um século, um caminho de reconhecimento pelas instituições, pela sociedade em geral pelo Estado brasileiro. (...) o fato é que, embora muitos não reconheçam, o preconceito racial ainda é muito forte entre nós, e a capoeira, como símbolo da ancestralidade afro-brasileira, é também objeto dessa discriminação (VIEIRA, ano III, p. 18).*

Como se vê, a cultura e o poder estão interligados no jogo de legitimação da dominação em uma ação que se constitui historicamente em nosso passado. Considerando essa reflexão e fundamentando nossas percepções em Romanelli (2010) temos que a escola e a educação brasileira se desenvolvem e evoluem em acordo com os fatores históricos dados no nosso passado colonial e imperial. Com isso, temos uma tradição cultural que dá os conteúdos da nossa atual escola. Assim, o conceito de cultura se situa em duas esferas: uma no âmbito da produção histórica e a outra na ação educativa, porém, ambas são percebidas por nós na cultura transmitida pela escola. Não deixamos de perceber a educação informal, mas devido a necessidade de trabalhar com recorte específico, cercamos nossa reflexão ao contexto educacional formal, tomando conhecimento da influência da sociedade sobre o desenvolver e estruturar da escola.

Considerando que as instituições educacionais promovem a valorização da cultura, percebemos que a “herança cultural, evolução econômica e estruturação do poder político” (ROMANELLI, 2010, p.19.) caracterizam a particularidade de um povo. A herança cultural e todos esses fatores atuam sobre os valores aplicados pela escola. Ou seja, são relações de ordem cultural e política que controlam a organização escolar e o sistema de ensino e as relações sociais dos indivíduos. A cultura, a tradição e a educação são fatores que formalizam as singularidades da nossa forma de ensino, de educação e cultura. Assim, com tais definições, entendemos que a cultura é constituída de elementos materiais, imateriais, sociais e ideológicos que permitem variados grupos viverem dentro de uma mesma totalidade como afirmamos acima.

Entretanto, como afirma Geertz (1978, p. 56) a cultura não deve ser vista apenas como “complexos de padrões concretos de comportamento - costumes, usos, tradições, feixes de hábitos – como tem sido o caso até agora, mas como um conjunto de mecanismos de controle - planos, recitas, regras e instruções” que controlam e governam o comportamento. Ora, a cultura sendo universal, torna-se algo preponderante entre os seres humanos, vindo a ser algo de ordem existencial que caracteriza as formas de comportamento dos indivíduos. E de acordo com “nossa herança cultural”, percebemos que a formação da cultura brasileira traz traços evidentes das relações sociais e culturais que valorizam a cultura de elite, segundo Romanelli (2010, p. 15).

A cultura, a dominação e o poder, se entrelaçam em uma “teia de significações” que dão sentido e forma a educação. Nesse ambiente, a educação ao mesmo tempo em que atende

a necessidade da sociedade, si mostra totalmente defasada e ineficaz. E isso vai de encontro com os aspectos e dispositivos, que segundo a autora citada, promovem meios para o controle social, que torna a educação discriminativa e excludente. Vejam que lidamos com algo que é complexo e delicado. Tratar de cultura e educação no Brasil é identificar uma gama de possibilidades e variações que nos coloca dentro de uma relação de poder e de legitimação.

Complicado e

*Interessante da análise é justamente que os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação (MACHADO, 2008, p. XIV).*

Relação esta que envolve a educação, a escola e a cultura. Percebe-se que o sentido que atribuímos a cultura e a educação legitimam-as em um patamar de alimentação da legalidade formativa que solidifica a tradição e as práticas cotidianas em situações que fragiliza a orientação humana na direção de liberdade ou cognição crítica. A cultura no sentido amplo, ou mesmo a escola, que deveria primar pela humanização do homem, é frágil segundo Romanelli (2010, p. 19). No tocante a falta de um enraizamento, a educação e a escola perdem seus valores e significados quando provocam o sentimento de alienação. Ou seja, são os conteúdos destituídos de sentido que desloca a forma e a função transformadora da escola, instalando alienadamente formas de comportamento que carregam símbolos sem significado. Por isso, tratar do conceito de cultura no Brasil é algo complexo. Ainda com Romanelli (2010, p. 22 e 23) a educação brasileira carrega o estigma das desigualdades e uma cultura que é organizada de modo a manter uma lógica de exclusão e discriminação.

A cultura e a educação ao mesmo tempo em que possibilita um grupo de indivíduos compartilharem certos espaços e contextos, provoca o sentimento de exclusão e negação do outro. Pois, a cultura a partir de Sarah Taleb Rassi (2004) tem um aspecto de contínua mudança e adaptação, ela sempre se organiza adequando-se aos novos contextos, embora não perca seu caráter de permanência e estabilidade. Assim, segundo Rassi (2004), a cultura possui um sistema lógico que determina o rumo de nossas vidas como apontamos acima. “No caso do Brasil, por exemplo, mais de três séculos de escravidão e patriarcalismo podem ser

responsáveis pela criação de uma demanda típica de educação classista” (ROMANELLI, 2010, p.28) que privilegia certas culturas em detrimentos de outras.

Recorrendo a outro teórico, entendemos que “na medida em que a escola restringe sua ação aos valores e às condutas dos privilegiados da sociedade estratificada, ela se distancia da função educativa.” (PAVIANI, 1988, p. 09). Num presente, em que se negam a cultura afro, e a capoeira, acabamos por reviver os traços de um presente-passado que não aceita as suas particularidades e singularidades constituinte em sua cultura. Seguindo os postulados de Le Goff (1995), as mudanças de ordem social, econômica e material, são rápidas e velozes. Entretanto, a mudança de mentalidade é extremamente lenta e ocorre em um ritmo inverso das mudanças sociais. Portanto “apesar das mutações e do desenvolvimento das relações capitalistas, de todo ‘progresso’ e de reflexões políticas e intelectuais, a cultura” (GOMES, 2005, p. 08) conserva-se a natureza estrutural de valorização da elite dominadora.

A cultura estabelece os seus critérios de renovações e inovações no processo adaptativo que compõe a atual estrutura global e dentro desse processo, a sociedade produz seus mecanismos adaptativos para também vencer e reelaborar novas formas de comportamento. Segundo DaMatta (1986), a cultura e a sociedade são elementos que constituem a existência humana. Cada uma tem a sua dimensão e especificidade, entretanto, ambos determinam as características dos grupos e dos indivíduos. Com tais premissas, conceituar cultura é entender aquilo que Clifford Geertz (1978) chamou de teias de significação e do sentido da prática humana, e elas tomam forma e variação em acordo com as delimitações sociais. Em uma sociedade de hierarquias, presenciamos instâncias e níveis que localizam as culturas em melhores ou piores. Embora não existam culturas superiores ou inferiores, o grupo que domina as relações sociais estabelecem a sua cultura como superior em detrimento e desvalorização das outras, caracterizando o poder como uma prática que é construída e não dada naturalmente.

### **EDUCAÇÃO: a escola como legitimação da dominação**

Na relação entre educação, escola e cultura, percebemos que a nossa herança cultural tem grande peso na demanda escolar. A instituição educacional está diretamente ligada ao sistema político. A questão dos problemas educacionais segundo Romanelli (2010, p. 13), não estão na lógica pedagógica e sim política, social e cultural. Diante de tais apontamentos,

chegamos ao que evidencia uma educação centrada na lógica elitista que não estimulam a conscientização crítica e identitária do indivíduo. Apresentamos isso, a partir daquilo que Kant *apud* Gardiner (2008, p. 30) chama de experiência e exercício de aprendizagem, onde uma geração transmite a outra a luz para o desenvolvimento pleno das faculdades de conhecimento e racionalização. Ou seja, no sentido kantiano a educação tem que ter um “caráter de formação, de transformação, de valores éticos e morais” (GOMES, 2010, p. 94), que possibilite ao indivíduo a resistência às formas históricas de dominação, alienação e mesmo de discriminação arraigadas em nosso passado e cultura.

Partindo para a conceituação de educação e levando em conta a sociedade moderna, percebemos através das perspectivas teóricas, que a educação é um instrumento de grande importância na perpetuação e manutenção da cultura e tradição. Segundo Gomes (2010, p. 98) a partir da premissa grega, a educação seria um fator de mudança de comportamento, de transformação. Para os iluministas seria um fator de liberdade. Entretanto se utilizada de modo perverso instrumentaliza os indivíduos não trazendo liberdade ou autonomia. A formação de uma consciência crítica depende das demandas sociais e da herança cultural.

Seguindo essas idéias e recorrendo a outro teórico, temos que:

*A educação corresponde, pois, a toda modalidade de influências e inter-relações que convergem para a formação de traços de personalidade social, caráter, implicando uma concepção de mundo, ideais, valores, modos de agir, que se traduzem em convicções ideológicas, morais, políticas, princípios de ação frente às situações reais e desafios da vida prática (LIBÂNEO, 1994, p. 23).*

Notamos a educação como um instrumento da vida prática e teórica dos indivíduos. É através dela que se pode ter a consciência dos acontecimentos sociais ou mesmo a ausência deles. A formação de caráter, os aspectos comportamentais e as convicções ideológicas convergem em certa direção norteada pelas setas educacionais. Então o que acontece na educação é um reflexo do que é demandado na sociedade e vice-versa. No entanto, não podemos desconsiderar que a educação sofre uma maior influência dos fatores sociais. Segundo Saviani os discursos de igualdade, inclusão e outros, são lubrificantes que apenas fazem funcionar as determinações e necessidades elitistas.

Com as interpretações apontadas, imaginamos uma concepção negativista da educação, pois como aponta Libâneo (1994) há desafios na vida prática que necessitam de uma ação de longa duração para incorporar na realidade social, fatores que vão ao contrário dos desequilíbrios e desigualdades historicamente construídos e perpetuados em nossa



cultura. Desconsiderar a cultura afro e a capoeira, como sendo elementos da cultura brasileira, é observar a relação de uma educação que legitima a exploração do poder vigente e de uma elite descompromissada com questões de ordem social e cultural.

Para Nildo Viana (2003, p. 73), a ideologia é transmitida dentro dos anseios dos dominadores, que por sua vez têm um efeito letal, isso porque os valores contribuem para que as lutas por reivindicações sejam amortecidas, os envolvidos no jogo do poder entre dominados e dominadores são corrompidos e as lutas que poderiam fazer transparecer as amarras que tiram à liberdade do indivíduo ficam camufladas. Retomado àquilo que dissemos acima, a escola sofre grandes influências da sociedade. A cultura disseminada pela escola é legítima e plausível. Contudo, a lógica da dominação, não aceita o nivelamento entre as culturas e estabelece que apenas a do seu grupo possa estar no poder, perpetuando a mentalidade dos dominadores e enfraquecendo o que DaMatta (1986) denominou de formas de libertação.

A educação, a escola é um processo cultural e assim, temos dois momentos: um que é o da ação criadora, momento vital e amplo. E o outro, que é a produção e criação que torna-se um bem cultural. Ambos fazem parte de um mesmo processo, entretanto, o primeiro é a ação geradora e o segundo é um resultado que se traduz em bem e valor para o indivíduo e sociedade. Por sua vez, esse fator modifica a condição humana. Pois,

*Na medida em que o homem percebe e aceita o desafio do meio, sente-se compelido a utilizar e explorar sua imaginação, inteligência, sua capacidade física de agir, enfim, sente-se compelido a atualizar as qualidades integrantes de sua condição humana, o que faz com que ele se torne mais homem em cada gesto cultural (ROMANELLI, 2010, p. 20).*

Qualificar a escola como uma instituição social que integra valores a condição do indivíduo como ser cultural é elevá-la a uma peça de fundamental importância na própria construção do indivíduo humano que tem acesso e conhecimento de sua cultura e formação histórica. Considerar que o passado brasileiro foi construído no pluralismo entre brancos, negros e índios é a premissa básica para sermos nós mesmos. A escola que lida com a elevação do espírito humano, deveria criar condições para o indivíduo e a sociedade identificar problemas e buscar soluções. É importante a tarefa da humanização do indivíduo como ser múltiplo, que tem em sua identidade a cultura européia, afro e indígena caracterizando-o enquanto ser diverso.

Porém, a organização do sistema educacional “anda” em acordo com o sistema político. E nosso sistema político, tem em suas bases um ranço aristocrático, patriarcalista de exclusão e desequilíbrios sociais. Então, entendemos que a educação tem duplo sentido. Em um, pode libertar e no outro, alienar. “Neste sentido, a educação se define como uma maneira de compreender, interpretar e transformar o mundo. Isto, entretanto, não nos permite supervalorizar as funções da escola, como fazem as posições idealistas.” (PAVIANI, 1988, p. 29). A escola, a educação e a cultura sofrem as pressões e conturbações que estão arraigadas na sociedade. Com isto, não estamos culpando somente a escola como a única instituição que rememora os aspectos de desvalorização da cultura afro e da capoeira. Pois, como defende o autor acima citado, é na análise do contexto histórico e social que descobriremos os fins da educação na relação de formação dos indivíduos para a vida e o mundo.

A escola enquanto aparelho doutrinário recebe influência da educação *informal* que se transmite entre os grupos sociais. E nesse momento há um cruzamento entre as noções de cultura popular, cultura de massa e cultura de elite. Por sua vez, esse entrecruzamento adquiriu significação a partir dos resultados sociais e históricos que marcaram a nossa sociedade numa estruturação das relações de poder. No Brasil, a escola “a serviço do Estado – e não a serviço do homem – ritualiza as possibilidades de conservação e transformação da sociedade.” (PAVIANI, 1988, p. 11). Em um estado de poder, os dominantes mantêm-se no controle dos meios de produção e conhecimento.

Recorrendo mais uma vez a Foucault (1979), em sua análise de micro – poder entendemos que “os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social” (FOUCAULT, 1979, P. XIV), entretanto, eles são um prática construída social e historicamente. As relações de poder se traduzem no contexto de dominados e dominadores, que na cultura brasileira é historicamente permanente devido haver meios para a sua “permanência e fixação”, pois segundo Romanelli (2010) no Brasil, a educação esta marcada por desnivelamento e as experiências culturais, carregadas pela gestão da continuidade tradicional que privilegia a cultura de elite e instiga a lógica da exclusão e mesmo de discriminação social e cultural.

**CAPOEIRA: a lei, a educação e o poder.**

Frente à discussão sobre a educação, partimos para a conceituação da capoeira dentro de uma perspectiva da herança afro, que inserida no âmbito da cultura imaterial do Brasil, no presente momento, se faz uma prática e uma manifestação da cultura brasileira de longa data. Segundo Ricardo Lussac e Manoel José Gomes Tubino (2009) a capoeira encontra-se definida nos dicionários de Portugal desde o século XVI, onde há referências da sua prática em solo brasileiro com uma atividade de caráter lúdico e de resistência a forma de escravidão. Do ponto de vista micro e sem deixarmos de considerar os pontos macro históricos do nosso passado cultural, percebemos a capoeira como um instrumento que possui um exuberante acervo de informações.

É sabido, que suas riquezas simbólicas, seguidas de movimentos de resistência, denotam claramente a nossa conflituosa trajetória política, cultural e social, enfim, os conteúdos da capoeira explorados de forma efetiva e coerente, contribuiriam obviamente para a instrução e a educação crítica, bem quanto ao sentimento de brasilidade indispensável ao exercício de cidadania segundo Elto Pereira de Brito, a capoeira em seu

*Contexto sócio-educativo-esportivo e cultural ajuda na educação crítica do povo brasileiro e na formação do homem contemporâneo de qualquer lugar aonde ela vier a se encontrar. Seus elementos, como o movimento corporal, a música, a improvisação, a arte, a dança, a luta e sua história desenvolvem a motricidade. (...). A capoeira ainda ajuda desenvolver os domínios afetivos e cognitivos, melhora a auto-imagem, a auto-estima, confiança, o respeito, a autonomia, responsabilidade, liderança, cooperação, a participação, intuição, a percepção, antecipação e o raciocínio rápido. (BRITO, ano III, p. 17).*

Através da citação e no relato do mestre de capoeira, chegamos a definição que a capoeira é uma arte luta-jogo que se classifica como uma atividade não apenas de cunho esportivo, mas também com aspectos de natureza pedagógica, histórica e cultural. Entretanto, com todo o respeito ao mestre, não levamos as suas considerações na total literalidade, pois para isso teríamos que fazer um trabalho de pesquisa junto aos alunos e praticantes da capoeira para termos comprovadas as evidências empíricas. Porém, como Brito nos apresenta acima, a capoeira se caracteriza através de suas singularidades culturais que demonstram elementos de ordem cultural nas relações de educação e formação crítica do povo.

Com isso temos a capoeira como uma manifestação que nos possibilita discutir as questões raciais dentro das relações culturais. Logo, através das pesquisas realizadas, encontramos nos autores, Lussac e Tubino (2009), que a capoeira se estrutura no decorrer do sistema escravista “dentro” das senzalas. São os negros trazidos para o Brasil, ou seja, os

escravos que iniciaram os primeiros elementos da capoeira. Porém, os autores alertam que os primeiros registros sobre a capoeira no Brasil apenas se materializam a partir dos primeiros decênios do século XIX, no Estado do Rio de Janeiro, e que foram feitos em documentos oficiais e em relatos de viajantes.

Dos autores citados, a capoeira é definida como um patrimônio da cultura imaterial do Brasil. Ela não desenvolve da mesma forma durante todo o período histórico, segundo Lussac e Tubino (2009), cada região há uma forma particular de formatar a capoeira. Quanto à sua origem, não se têm um consenso entre os pesquisadores, no século XVI, já se encontra registros da palavra capoeira como apontada acima. Agora, a capoeira enquanto uma prática como luta-jogo, somente no século XIX que se tem documentada essa manifestação por órgãos oficiais.

De acordo com Lussac e Tubino (2009), a capoeira sempre esteve, “inserida no contexto social, cultural, político e econômico do Brasil, a capoeira dialogou com o ambiente em que habitava e com as respectivas mudanças nos cenários regionais e nacional ao longo do tempo”. (LUSSAC e TUBINO, 2009, p. 7). Para exemplificar o que estamos discutindo, percebemos que no período do Império, a capoeira foi praticada por negros, escravos e mestiços de modo recreativo e cultural nas rodas de samba e nos terreiros, embora discriminada devido às pessoas que a praticava. As autoridades não viam-na a oferecer ameaças, mesmo porque segundo os autores citados, havia laços entre os capoeiras e o poder vigente.

Com a Proclamação da República a capoeira ganha uma nova configuração, remetendo a Lussac e Tubino (2009), o código penal de 1890, imprime um processo de repressão a capoeira marcando ainda mais os aspectos de sua marginalização. Esse momento, marca a história da capoeira e reforça a discriminação para com os negros e escravos. Segundo Brito (1997), a capoeira apenas terá uma reorganização do ponto de vista legal na terceira década do século XX. Em 1930 com Vargas e o processo de legalização de algumas manifestações da cultura popular é que a capoeira é reconhecida como atividade física e esportiva.

Com isso, analisar, definir e conceituar a capoeira, é uma tarefa complexa e que envolve vários focos epistemológicos. Mas a tarefa do pesquisador é justamente isso, perceber e debater os vários enunciados dentro da construção conceitual, para encontrar as significações que damos ao nosso mundo social. “O homem é um ser que busca o sentido e ao

mesmo tempo cria sentido, o qual nada mais é do que a significação imaginária social” (FALCON, 2000, p. 102). Sabendo que as instituições, as artes, as literaturas e as ciências proclamam visões de mundo, nossa análise visa confrontar e verificar até que ponto as instituições escolares formam os alunos para lidar com a diversidade e pluralidade cultural existente em nosso contexto, pois, na atualidade há leis e decretos que apontam para a igualdade dos indivíduos, entretanto, ainda encontramos práticas que revivem a mentalidade do passado de exclusão e sacralização da cultura afro no contexto educacional.

Encontrar o sentido que reina na mentalidade ou quais os sentidos produzidos na mesma é algo complexo, mas a tarefa do historiador é lidar com esses complexos de um modo sistemático compreendendo as bases das ações e representações do nosso mundo. O interessante do tema discutido aqui está no relacionamento entre teoria e realidade, onde deparamos com discursos e situações, que envolvem uma prática no mínimo preconceituosa de modo velado e sutil. Parafraseando SCHWARCZ (2001), a autora nos fala de uma relação histórica que define lugares específicos para os tipos sociais e raciais, e segundo ela, esse acontecimento, está estruturado dentro das nossas relações cotidianas, ou seja, dentro da nossa cultura. Herdado do nosso passado colonial, as relações sociais em nosso país, se firmam dentro da lógica da cor e do status. Não estamos creditando a discriminação à capoeira pelo código penal de 1890, mas as ações históricas por parte da elite para afastar as manifestações de cunho popular e afro do meio social ainda têm uma permanência estrutural.

De acordo com a teoria de Jörn Rüsen (2001), o sujeito orienta-se na vida, ordenando os fenômenos e avaliando o sentido, refletindo essa ordenação. Criando não apenas por que quer ou por que gosta, e sim por que precisa. O sujeito cresce enquanto ser humano, ordenando e criando formas, além de dar forma ao mundo. Como vimos com Romanelli (2010), a escola tem uma importante participação dentro desse momento de criação e significação do mundo. Assim, a escola, a cultura e a história enquanto produtos do conhecimento da vida humana são formadoras de múltiplas possibilidades. Então o homem, mais do que fazedor e formador é capaz de estabelecer múltiplos eventos que ocorrem em suas experiências de vida e lhe dar significado. As indagações que fazemos parte dos processos relacionados entre o agir, pensar, imaginar, sonhar e sentir, isso porque, o homem cria o mundo e orienta-se nele a partir da busca de sentido para sua orientação temporal. Nesta, por sua vez, busca-se uma orientação e significação para a experiência humana

apossar-se da realidade. E numa realidade fragmentada que valoriza uma cultura em detrimento da outra acaba por legitimar a ordem das diferenças.

Analisando os trechos dos elementos regulativos da sociedade, entendemos que a lei não controla a sociedade em sua totalidade, mesmo porque é a partir da necessidade de mudança e comportamentos que se criam os elementos jurídicos. Como no passado, temos a lei enquanto dispositivo para organização das instituições. E a lei 10.639/03, não proíbe a capoeira, como fora no passado, ela determina a aplicação dos elementos da História e Cultura Afro - brasileira nas instituições de ensino do país. Além disso, a capoeira vive em um momento marcante, isso devido ser reconhecida “como patrimônio cultural brasileiro” (Agencia do Estado – Salvador BA, 15/07/2008), existem alguns fatores que reforça a importância desse tipo de discussão no meio educacional e social, afinal, pesquisar também é preservar e conhecer.

Falamos isso, não de modo aleatória, a partir de um trecho da constituição, há o seguinte enunciado:

*Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.*  
*§ 1.º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).*

Refletindo sobre essa citação apresentada, entendemos que a lei se coloca como elemento regulador dos aspectos educacionais, culturais e sociais. Garantir o exercício cultural seria uma obrigação do Estado cumprindo o artigo da Constituição Federal. No entanto, a cultura afro brasileira tem sofrido grande desvalorização e exclusão do Estado. Pois a pergunta feita no início do texto: Qual o efeito da lei 10.639/03 e o ensino dos conteúdos da cultura afro-brasileira no contexto educacional? Remete-nos a iniciativas onde o Estado não participa de modo efetivo das ações em prol da cultura e educação. Não adianta apenas criar a lei é preciso fazer funcioná-la. Pois segundo Vieira há “bastante tempo que se descobriu na capoeira um fator cultural de enorme importância educacional” (Revista praticando Capoeira, p.19).

Contudo, o que se tem de iniciativas da manutenção e prática da capoeira e discussão dos conteúdos afro-brasileiros, se restringe a iniciativas de cunho individual e particular.

Segundo Odair José da Cruz (2010), não se vê uma ação prática institucional representada pelo Estado para proteger e apoiar as manifestações de cunho afro. Observando isto, interpretamos que as realidades são sempre produzidas por sujeitos em condições sociais e históricas determinadas, portanto muito mais que apenas olhar para a realidade, faz-se necessário, antes conhecer a realidade e compreender seus mecanismos que promovem as atitudes que comumente não nos damos conta de perceber, ou seja, entender os indivíduos produtores da realidade como sugere E. H. Carr (1981) é compreender que uma coisa é a criação da lei, a outra é o seu cumprimento. Os dispositivos reguladores das manifestações culturais, ao mesmo tempo em que determinam ações para a manifestação da cultura afro, não dão condições para que as mesmas sejam concretizadas. Segundo Guimarães (2010), o grande problema de não haver a capoeira nas escolas é a desvalorização por parte das autoridades.

De acordo com Luiz Renato Vieira (2003, p. 01), o Estado pela Constituição Federal tem a obrigatoriedade de garantir a todos os brasileiros o acesso as manifestações culturais, no entanto, na prática isso não ocorre. Há segundo Vieira, uma escassez de recursos para incentivar as manifestações culturais e artísticas de ordem popular e nisso inclui a capoeira. Nas discussões de Vieira, entendemos que a capoeira,

*Não têm sido resultado de uma mudança na perspectiva do Poder Público quanto à capoeira, reconhecendo-a como importante elemento da cultura brasileira a ser incentivado e desenvolvido como determina a Constituição Federal nos artigos 215 e 217. Cada dirigente de grupo de capoeira, individualmente, busca estabelecer seus contatos e obter seus apoios, e guarda a sete chaves as informações que consegue. Assim, reforça-se uma estrutura obscura e clientelista (VIEIRA, 2003, p. 02).*

O desenvolvido no tocante, a capoeira, é fruto de ações individuais. E isso é algo extremamente problemático, pois estabelece um princípio de individualidade restringindo o acesso dos indivíduos aos bens de ordem cultural. Este aspecto reduz a possibilidade direcionada pela lei de que todos os brasileiros têm direito ao acesso às manifestações culturais. E coloca a cultura, a educação e a capoeira, numa relação de poder que nos remete a nossa herança cultural que valoriza as matrizes européias em detrimento da cultura afro e indígena.

A escola e a educação não são apenas ordenadas por elementos que estão delimitados na forma de lei. Há uma tradição histórica, que de modo sutil, reorganiza as relações sociais de exclusão e afastamento da cultura dominada. No texto: *Microfísica do Poder*, do autor Michel Foucault (1979), buscamos conceitos de “poder”, “verdade” e “dominação”,

entendendo a relação da capoeira e da educação como sendo uma prática social construída historicamente nas lutas entre a afirmação da cultura de elite e o abafamento da cultura afro. Nesse instante, o embate cultural e a legitimação da dominação são justificados pelos mecanismos de poder e na manutenção da dominação.

## **CONSIDERAÇÃO FINAIS**

Em função da proximidade entre sujeito pesquisador e sujeito pesquisado (objeto), segundo Rüsen (1996), a objetividade é uma categoria distinta na História. Ser objetivo é reconhecer que a objetividade nas Ciências Humanas, tal qual fora pensado no método newtoniano, é impossível. Entretanto, ao proclamarmos a categoria de objetividade, procuro apresentá-la dentro de uma flexibilidade que não se pautar pela perspectiva arbitrária. Assim, a História é uma ciência perspectivista, que não toma uma verdade como sendo única ou absoluta, mas que parte da idéia que todo conhecimento histórico é uma interpretação da realidade feita por sujeitos que estão situados dentro de um tempo e espaço, como defende Adam Schaff (1997). Quando apontamos, que em parte a lei não está sendo cumprida, não apreendemos a realidade em sua totalidade, apenas lançamos análises e pontuações que estão em realidades próximas a nós.

A questão da ausência da capoeira nas escolas, e de todas as manifestações das culturas afro, configura-se em problema da ordem política e também cultural. Uma ação humana que parte da afirmação de superioridade em contraste com a suposta inferioridade de um grupo de indivíduos que historicamente estiveram fora das forças constituídas de poder, apenas caracteriza que a nossa “herança cultural” se faz presente dentro das nossas instituições de ensino. Em nossa sociedade, as instituições representam o Estado e a sua autoridade, essa por sua vez, dita as verdades e possibilidades de conscientização ou mesmo de anulação do indivíduo e da cultura. Não estamos colocando a culpa dos problemas sociais e culturais apenas na escola, entretanto, é nela que podemos verificar como aponta Foucault (1979), as definições de verdade, funcionabilidade e vitalidade.

As considerações acerca da cultura popular, de massa, erudita, afro e outras mais, se traduzem em uma luta constante de legitimação da ordem entre dominadores e dominados recorrendo a Foucault (1979). O objetivo da elite é justamente convencer o dominado que ele



é dominado. As leis acabam por ficar apenas no papel e a realidade prática se contradiz com os aspectos legislativos. Para relembrar Romanelli (2010), a nossa herança cultural é que nos direciona nas escolhas, aceitações e posicionamentos. A questão da cultura e da educação é um problema de ordem econômica, política e também cultural. Pois o poder não existe em si, ele é uma prática que usa de vários mecanismos a qual abrange níveis e sujeita o indivíduo a domesticação. Então não basta apenas a lei é preciso a mudança de comportamento, a transformação de uma tradição excludente e uma ação de inclusão que valorize o indivíduo humano nas suas diferenças e particularidades.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGÊNCIA DO ESTADO (15/07/2008). *Capoeira vira Patrimônio Cultural brasileiro*. Salvador–BA. Disponível em: <http://viagem.uol.com.br/ultnot/agencia/2008/07/15/ult4597u652.jhtm>. Acesso dia 10.01.2011
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação*. 12º ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BORDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BRITO, Elton Pereira de. *Os fundamentos da Capoeira*. Goiânia: Secretária Estadual de Educação, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Grandes Mestres*. IN: *Praticando Capoeira*. São Paulo: D+T, Ano III, nº 32, s/ data, p. 14 a 17.
- \_\_\_\_\_. *Grandes Mestres*. IN: *Praticando Capoeira*. São Paulo: D+T, Ano II, nº 23, s/ data, p. 28 a 31.
- CAMPOS, Hélio. *Capoeira na Escola*. Salvador: Pressolar, 1990.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988.
- GUIMARÃES, Cláudio Barros. *Entrevista concedida a Tatiane Rodrigues Trigueiro*. Jussara-GO. 2010;
- CRUZ, Odair José Da. *Entrevista concedida a Tatiane Rodrigues Trigueiro*. Jussara-GO. 2010.
- CARR, Edward Hallet. *O que é história?* São Paulo: Paz e Terra, 1981.
- CHARTIER, Roger. “*Cultura Popular*”: revisando um conceito historiográfico. IN: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol. 08, nº 16, 1995, p. 179 a 192.

- \_\_\_\_\_. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- FALCON, Francisco J. Calazans. *História e Representação*. IN: Revista de História das Ideias, Vol. 21, s/d, 2000, p. 87 a 125.
- FALÇÃO, José Luis Cerqueira. *A Escolarização da Capoeira*. S/ cidade: ASEFE – Royal Court, 1996.
- FONSECA, Maria Nazareth Soares. *Visibilidade e Ocultação da Diferença: imagens de negro na cultura brasileira*. IN: Brasil Afro-brasileiro. 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. 6º Ed. Lisboa – Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GOMES, Wilson de Sousa. *Educação: uma discussão histórica acerca do conceito de educação na sociedade moderna*. IN: História e Ensino de História: as perspectivas do saber histórico e sua culminância para o desenvolvimento de um projeto de homem. Jundiaí – SP: Paco editorial, 2010.
- \_\_\_\_\_. *As Representações do Imaginário Cristão: debate acerca da interpretação cristã sobre o “Banco do Capeta” em santa Fé de Goiás de 1970 a 1980*. (Monografia de Graduação em Licenciatura Plena em História). Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Jussara, 2005.
- JENKINS, Keith. *A História Repensada*. 3º ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *As mentalidades: uma história ambígua*. In: História: Novos Objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 68-79.
- LIBÂNIO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção magistério. 2º grau. Série formação do professor).
- PAVIANI, Jayme. *Problemas de Filosofia da Educação*. 4ºed. Petrópolis – RJ: Vozes, 1988
- RASSI, Sarah Taleb. *O Brasil também é negro*. Goiânia: UCG, 2004.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil: (1930\1973)*. Petrópolis – RJ: Vozes, 2010.
- TUBINO, Manoel J. Gomes. e LUSSAC, Ricardo M. Porto. *A História e Trajetória de um Patrimônio do Brasil*. IN: Revista da Educação Física. Vol.20 nº 01, p.07-16. Maringá 2009.

VIEIRA, Luiz Renato. Grandes Mestres. IN: *Praticando Capoeira*. São Paulo: D+T, Ano III, nº 32, s/ data, p. 18 – 19

\_\_\_\_\_. *A capoeira e as políticas públicas: Observações preliminares e propostas para discussão*. IN: *Revista Praticando Capoeira*. Nº 19, 2003.

VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania: a dinâmica da política institucional no capitalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UNB, 2001.

\_\_\_\_\_. *Narratividade e Objetividade nas Ciências Históricas*. IN: *Textos Históricos*. Brasília: UNB, Vol. 04, nº 01, 1996, p. 75 a 102.

\_\_\_\_\_. *Reconstrução do passado*. Brasília: UBN, 2007

SATRE, Jean Paul. *O Ser e o Nada*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1997.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz, *Raça como Negociação: sobre teorias raciais em finais do século XIX no Brasil*. IN: *Brasil Afro - brasileiro*. 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.